

## XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXV ENANCIB

### GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação

#### A POLÍTICA DE ACERVO DO MUSEU DA MODA DE BELO HORIZONTE (MUMO)

#### *THE COLLECTION POLICY OF THE BELO HORIZONTE FASHION MUSEUM (MUMO)*

**Victor Pinheiro Louvisi** – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

#### **Modalidade: Trabalho Completo**

**Resumo:** o artigo discute o processo de elaboração da Política de Aquisição e Descarte (ou Política de Acervo) do Museu da Moda de Belo Horizonte – MUMO. Esse tipo de iniciativa é primordial para garantir a integridade e a proteção do acervo, além de ser responsabilidade legal e ética. Apesar de sua relevância, nem sempre isso ocorre de forma adequada. O MUMO, antes de sua inauguração (2016), recolheu itens sem ter critérios definidos. Esse problema é que despertou o interesse em discutir tal assunto. Após a elaboração do Plano Museológico (2016) ficou evidente a necessidade de uma política para o acervo. Em 2020 foi elaborado esse documento, que é o primeiro dessa natureza na instituição. O que corrobora com tal discussão é que o MUMO é o primeiro museu de moda público do Brasil, como também, tem havido um significativo interesse em coleções relacionadas a área da moda, além do aumento em pesquisas, eventos e publicações. Isso mostra a diversidade do setor museológico e o potencial dessas coleções como fonte de informação. A metodologia utilizada é do tipo qualitativa de natureza aplicada e descritiva. Os procedimentos utilizados foram pesquisa bibliográfica e de campo, que envolveu a análise técnica de documentos produzidos pela instituição. Tais documentos foram a própria política citada, o plano museológico, o manual de catalogação de acervo do MUMO etc. Os resultados evidenciam a relevância para o museu de uma política de aquisição e descartes de acervo.

**Palavras-chave:** política de acervo; museu da moda; colecionismo.

**Abstract:** This article discusses the process of developing the Acquisition and Disposal Policy (or Collection Policy) of the Belo Horizonte Fashion Museum (MUMO). This type of initiative is essential to ensuring the integrity and protection of the collection, in addition to being a legal and ethical responsibility. Despite its relevance, this is not always done appropriately. Before its inauguration (2016), MUMO collected items without defined criteria. This problem sparked interest in discussing the topic. After the development of the Museological Plan (2016), the need for a collection policy became evident. This document, the first of its kind at the institution, was prepared in 2020. This discussion is corroborated by the fact that MUMO is the first public fashion museum in Brazil, and there has also been significant interest in fashion-related collections, as well as an increase in research, events, and publications. This demonstrates the diversity of the museum sector and the potential of these collections as a source of information. The methodology used is qualitative, applied, and descriptive. The procedures used were bibliographical and field research, which involved technical analysis of documents produced by the institution. These documents included the aforementioned policy itself, the museological plan, the MUMO collection cataloging manual, and so on. The results highlight the relevance of a collection acquisition and disposal policy for the museum.

**Keywords:** collection policy; fashion museum; collecting.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo discute a construção da Política de Aquisição e Descarte de Acervo (ou também conhecida Política de Acervo) do Museu da Moda de Belo Horizonte (MUMO). Esta ação é uma iniciativa primordial para garantir a integridade, a proteção e a relevância do acervo, além de ser responsabilidade legal e, também, ética de uma instituição museológica.

Entretanto, apesar de sua importância, nem sempre isso ocorre de forma adequada. Nesse sentido, o problema que despertou o interesse em discutir tal assunto foi que, antes mesmo do MUMO ser inaugurado, foi recebido itens para compor o acervo da instituição. Isso foi feito sem uma política de aquisição com critérios específicos. Após a elaboração do Plano Museológico em 2016 (reavaliado em 2019), ficou evidente a necessidade de uma política para o acervo. Após muitas discussões, em 2020 foi elaborado esse documento, que é o primeiro dessa natureza na instituição.

O que corrobora com tal discussão é que nas últimas décadas percebe-se o aumento significativo de pesquisas e publicações no campo da moda (Debom, 2018; Oliveira, 2009). Nesse sentido, cada vez mais, a moda vem se desenvolvendo como campo do conhecimento, o que se reflete no interesse em pesquisar acervos museológicos relacionados a esta área. Assim, há um reconhecimento desses acervos como fonte de conhecimento e suporte de informação, e também, de memória. Essas discussões se refletem no acervo do MUMO, que é o primeiro museu de moda público do Brasil, o que acarreta grandes desafios e responsabilidades na construção de seu acervo.

A metodologia utilizada é do tipo qualitativa de natureza aplicada e descritiva. Os procedimentos utilizados foram pesquisa bibliográfica e de campo, que envolveu a análise técnica de documentos produzidos pela instituição, tais quais: os documentos de criação do Centro de Referência da moda (instituição que antecedeu o MUMO): GUERRA, Marta. Documento Base: Planejamento do Centro de Referência da Moda. Belo Horizonte, 2013 e GUERRA, Marta. Projeto de Fomento. Centro de Referência da Moda. Belo Horizonte, 2015. Outros documentos foram: o plano museológico do MUMO (Prefeitura de Belo Horizonte, 2019); a política de Aquisição e Descarte (Prefeitura de Belo Horizonte, 2020); e o Plano de Catalogação (Prefeitura de Belo Horizonte, 2022); e a lei 11.904 de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus. Também foram consultados artigos científicos da área

da Museologia e da Moda (Benarush, 2015; Debom, 2018; Felippi; Rüttschilling; Perry, 2017; Discacciati *et al.*, 2022; Oliveira, 2009; ). Foi traçado um breve histórico sobre o museu, a constituição de suas coleções e por fim, os resultados obtidos e as considerações finais.

Sendo assim, os resultados evidenciaram a importância da política de acervo para a instituição, ao traçar uma linha de atuação em prol da constituição de seu acervo e limitar possíveis incongruências com a missão da instituição, criando um corpo mais homogêneo.

## **2 OS ACERVOS DE MODA**

O universo da moda é bastante amplo, o que se reflete na variedade de itens ligados a essa esfera. Isso inclui roupas, acessórios, calçados, roupas íntimas, moldes de costura, objetos pessoais, materiais de trabalho, fotografias, registros de processos, cadernos de costura, notas, manuais de confecção, entre outros (Debom, 2018). A moda, além de ser extensa, é também multidisciplinar e diversa, estabelecendo conexões com diversas áreas do saber humano (Felippi; Rüttschilling; Perry, 2017).

O estudo da moda como fenômeno cultural, multidisciplinar por natureza, instiga investigações teóricas nos diversos campos do saber, como história, sociologia, psicologia, filosofia, economia, entre outras. Entretanto, muitos pesquisadores ainda negligenciam a importância da interpretação da roupa como artefato da cultura material (Benarush, 2015, p. 114).

Assim, discutir moda por meio de objetos musealizados é também discutir o ser-humano em suas particularidades, contradições e diversidade (Discacciati *et al.*, 2022). No entanto, para que essas coleções possam efetivamente cumprir seu papel, é fundamental que sejam organizadas. Antes disso, porém, deve-se refletir sobre quais itens merecem ser preservados. Esse processo representa um grande desafio na atualidade e para as instituições museológicas, especialmente no que diz respeito a um museu de moda, já que, a moda está associada ao efêmero e o descartável. Contudo, ela vem demonstrando a transcendência desses limites.

As roupas são fontes primárias; são, em si, o objeto de estudo. Só a roupa revela detalhes da construção, do tecido e da técnica, assim como a tecnologia envolvida na sua produção. A interpretação das roupas é um trabalho analítico que envolve uma descrição minuciosa das formas, estilos, qualidade, materiais, usuários e prováveis ocasiões nas quais foi usada. As roupas materializam um tempo passado, dão-nos uma noção ideológica de sua cultura e representam a sociedade que as criou e que as vestiu (Benarush, 2015, p. 114).

As roupas, e os demais itens de moda, carregam um significado ritual e simbólico, funcionando como um registro que mostra decisões tanto coletivas quanto pessoais, delineando territórios, culturas, épocas, gêneros e status social. Portanto, podemos concluir que as roupas são um testemunho que retrata uma sociedade, uma época, um grupo social ou uma prática cultural. (Discacciati *et al.*, 2022). “A roupa quando vira memória, evidencia trajetórias cotidianas e propõe reflexões que devem ser comparadas às suas representações textuais e imagéticas” (Benarush, 2015, p. 114-115).

A interpretação da roupa dentro do museu é um trabalho analítico que relaciona uma descrição minuciosa das formas, dos estilos, da qualidade e do material com seus prováveis usuários e as ocasiões em que foram usadas. Assim, para além de aspectos formais, investiga aspectos subjetivos (Soares *et al.*, 2024, p. 1).

Nesse contexto, acervos museológicos de moda podem ser definidos como itens de vestuário, acessórios e outros objetos vinculados à área da moda, que são conservados, estudados e divulgados por museus e/ou instituições de preservação da memória. Esses acervos podem ser compostos por diferentes materiais e suportes, podendo abranger diferentes períodos, estilos e culturas. Isso possibilita a análise da evolução da moda, do contexto histórico-social em que ela se desenvolveu e das mudanças socioculturais na sociedade.

Partindo desse conceito, pode-se dizer que a moda não se limita às criações de alta costura, como muitas vezes pode se supor. Ela inclui itens do cotidiano e de diferentes atividades, o que acarreta a utilização e a identificação de inúmeros materiais utilizados na confecção de roupas, acessórios e outros itens (Soares, 2018). Essa diversidade de suportes é um retrato amplo do impacto da moda na sociedade e ao preservar esses objetos as instituições de memória possibilitam que futuras gerações compreendam a evolução do vestuário, a evolução estilística e sua influência cultural ao longo do tempo, como também, são fontes ricas para pesquisas acadêmicas em diferentes campos do conhecimento, como: Moda, Museologia, Design, Artes, História, Antropologia etc. (Oliveira, 2009).

Esses acervos permitem que os museus disseminem conhecimento sobre a história da moda e sua trajetória. Isso pode ser feito por meio de exposições, publicações e outras iniciativas. (Felippi; Rüttschilling; Perry, 2017). Como outros acervos, os acervos museológicos de moda são fontes de informação e de memórias, sendo ferramentas essenciais para estudar e preservar a história e a cultura de uma sociedade, povo ou nação.

Através deles, é possível valorizar as múltiplas narrativas que moldaram a trajetória cultural da humanidade. Além disso, desempenham um papel significativo na educação e no fortalecimento de identidades. Entretanto, para que esses acervos possam ser preservados em sua plenitude, é necessário que haja uma política de acervo. (Soares, *et al.*, 2024).

Sendo assim, é necessário fazer escolhas do que será preservado, isso do ponto de vista teórico e conceitual, mas também, do ponto de vista pragmático, já que a realidade da maioria dos museus brasileiros se mostra imperativa, no que tange a falta de espaço nas reservas técnicas e na falta de pessoal e de recursos financeiros.

### **3 POLÍTICA DE ACERVO**

A Política de Aquisição e Descarte ou Política de Acervos ou política de acervo é um documento fundamental que define as diretrizes para a gestão e o controle das coleções de museus. De um modo mais amplo, é um instrumento que abrange todas as etapas do acervo, desde a aquisição, passando por eventuais descartes, até questões como inventário e registro, conservação e comunicação. Seu objetivo principal é assegurar a preservação, o acesso e o uso adequado do acervo, sendo um guia tanto para a equipe do museu quanto para o público. Abaixo outra definição.

Política de aquisição de acervo - diretrizes definidas pelo museu, visando à constituição e à dinamização de acervos, através do recolhimento e da incorporação sistemática de objetos, que é balizada pelo perfil identitário daquele museu. Em contraposição, a política de aquisição de acervo pressupõe a política de descarte de acervo, procedimento necessário em decorrência de recolhimentos e incorporações indevidos realizados ao longo do tempo. O descarte de acervo no museu deve ser orientado pelos mesmos critérios que justificam a aquisição, sendo necessária a instituição de uma comissão técnica, especialmente designada, com poder de decidir pelo descarte do bem, o que pode significar transferência para uma outra instituição ou permuta por um outro bem (IPHAN, 2006, p. 152).

Segundo o Estatuto Brasileiro de Museus, em seu artigo 38, “os museus deverão formular, aprovar ou, quando cabível, propor, para aprovação da entidade de que dependa, uma política de aquisições e descartes de bens culturais, atualizada periodicamente” (Brasil, 2009).

Um dos principais pontos da política de acervos é a definição do escopo do acervo. É crucial delimitar o que será considerado patrimônio pelo museu, definindo os critérios específicos para a incorporação de novos objetos à coleção. Nesse sentido, deve-se

detalhar os processos ligados à aquisição, registro, armazenamento, conservação, pesquisa, exposição, empréstimo e descarte dos itens do acervo, promovendo a ordem e segurança nesses aspectos. A política deve assegurar que as práticas de manejo do acervo respeitem bases éticas e legais bem delimitadas, garantindo tanto a preservação dos objetos quanto o acesso público (Rosa, 2020).

Para que esses procedimentos ocorram é necessário estabelecer métodos claros de documentação, reunindo informações abrangentes sobre cada objeto, como origem, estado de conservação e localização atual etc. O documento deve proporcionar meios para que pesquisadores e visitantes possam consultar e consultar o acervo, promovendo um acesso mais democrático ao patrimônio cultural. A Política de Acervos é importante porque permite a preservação desse patrimônio, pois a existência de diretrizes claras assegura que os objetos sejam mantidos em boas condições, permitindo que estejam disponíveis à consulta e preservados para gerações futuras. A política também deve incluir a formação de uma comissão especializada para assessorar na tomada de decisões relacionadas à gestão do acervo. No caso do MUMO, há uma comissão de instância interna que avalia a aquisição e o descarte de acervo. Ela é chamada de Comissão Permanente de Política de Acervo (CPPA – MUMO) (Prefeitura de Belo Horizonte, 2019).

Os critérios para aquisição e descarte devem ser elaborados pela comissão de acervo e definidos segundo as necessidades do próprio acervo. Por essa razão, é recomendado ter pleno conhecimento das coleções, sua origem, dimensão e estado de conservação, por exemplo. Da mesma forma, cada instituição, de acordo com sua missão e as particularidades do acervo, deverá decidir pelo acréscimo ou exclusão de itens que devem conter em sua política (Rosa, 2020, p. 23).

Ao permitir maior facilidade na gestão dos acervos, já que, esta política atua como um guia para os profissionais do museu, contribuindo para decisões mais embasadas e uma execução eficiente das atividades relacionadas ao acervo, garante condições apropriadas para o estudo dos objetos do acervo. Isso pode incentivar a produção de conhecimento e o surgimento de novas ideias (Rosa, 2020).

Dessa forma, a política de Acervos é, portanto, um elemento estruturante indispensável para qualquer instituição museológica, servindo como base para a organização, preservação e divulgação do patrimônio museológico.

#### **4 O ACERVO DO MUMO E SUA POLÍTICA DE AQUISIÇÃO E DESCARTE**

A origem do MUMO remonta ao ano de 2012, quando Belo Horizonte foi intitulada, pelo poder público, como Capital da Moda<sup>1</sup>. A partir desse fato, a administração municipal passou a planejar a criação de uma instituição que preservasse a memória da moda na cidade (Guerra, 2013).

Dessa forma, em 21 de novembro do mesmo ano, foi inaugurado o Centro de Referência da Moda (CRModa), instituição que antecedeu o MUMO, e em certo sentido, foi preparatória para a sua criação. Com o CRmoda, o poder público municipal reconheceu a moda como patrimônio cultural, ampliando as possibilidades de interação entre diferentes segmentos culturais da cidade (Prefeitura de Belo Horizonte, 2019).

Entretanto, quando o Crmoda foi criado não houve uma definição da tipologia de acervo que seria preservado pela instituição. A escolha do acervo ocorreu sem o estabelecimento de uma política de acervos que orientasse as aquisições, pois não havia nenhum documento direcionando essa iniciativa. A única diretriz era que os itens deveriam estar relacionados à cidade de Belo Horizonte. As primeiras coleções reunidas nesse intuito ocorreram entre os anos de 2012 e 2013 e vieram das famílias de Priscila Freire, Luis Augusto de Lima, Marília Salgado, Laila Kierulff e outros itens avulsos (Prefeitura de Belo Horizonte, 2019). Em grande parte, tratam-se de pertences ligados a famílias tradicionais de Belo Horizonte.

Por falta de corpo técnico especializado e por não ter, naquele momento, uma reserva técnica<sup>2</sup>, o trabalho de inventário foi iniciado no setor de Processamento Técnico do Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB)<sup>3</sup>, onde essas peças foram guardadas em sua reserva técnica. No MHAB já havia itens de vestuário em suas coleções, isso devido à característica do MHAB em ser um museu que preserva a memória da cidade de Belo Horizonte. Nesse sentido é que, após discussões internas realizadas pela equipe do MHAB, principalmente no âmbito de sua comissão de acervo, decidiu-se que as coleções de Priscila

---

<sup>1</sup> Lei Nº 10.390, de 12 de janeiro de 2012. Declara o município de Belo Horizonte capital da moda.

<sup>2</sup> A implantação da reserva técnica da instituição ocorreu no final de 2019, quando a instituição já tinha sido transformada em MUMO.

<sup>3</sup> Instituição que também é subordinada à FMC e a SMC. “Inaugurado em 1943, o Museu Histórico Abílio Barreto - MHAB, como museu da cidade, dedica-se à história, à pesquisa, à produção e à difusão do conhecimento sobre Belo Horizonte. Contribui também para fortalecer os laços de pertencimento identitário e estabelecer diálogo permanente para a construção coletiva das memórias locais” (Prefeitura de Belo Horizonte, 2025).

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

Freire, Luis Augusto de Lima e Marília Salgado ficariam no MHAB. No decorrer dos anos, o MUMO foi adquirindo outros itens e novas coleções foram formadas.

**Quadro 1 – Organização das Coleções do Museu da Moda (Arranjo do Acervo). Sem Localização**

Coleções	Sub-coleções	Quantidade
1. <b>Estilistas e Designers de Moda.</b> (Sigla: <b>ED</b> ). Itens relacionados aos estilistas e designers de moda.	1. Alceu Penna (Peças de Vestuário);	2560
	2. Guilherme Guimarães (Doação Astrid Façanha). (Peças de Vestuário).	3
2. <b>Profissionais da Moda.</b> (Sigla: <b>PM</b> ). As diferentes profissões que se relacionam com a Moda.	1. Alexandre Lopes. Fotografias de Alfaiates.	12
3. <b>Comércio e Indústria da Moda.</b> (Sigla: <b>CI</b> ). Itens referentes ao comércio e a indústria de Moda. Primeiras lojas de moda em Belo Horizonte, polo da moda Barro Preto etc). Indústrias que fabricam produtos para a moda (máquinas, acessórios etc).	1. Objetos de auxílio. Mala de Viagem (Doação Juliana Lara).	1
4. <b>Profissionais da Imprensa de Moda.</b> (Sigla: <b>PI</b> ). Itens relacionados aos diferentes profissionais de comunicação que se dedicam ao moda.	1. Ilana Lansky. Fotografias de Moda.	5505
5. <b>Ferramentas de Trabalho. Preservação do Saber/Fazer.</b> (Sigla: <b>FT</b> ). Itens referentes às diferentes ferramentas e métodos utilizados no fazer da moda. (Manuais, métodos de corte e costura, etc).	1. Métodos. 1 Método de modelagem corte centesimal; 2. Manuais. 1 Manual de corte e costura - acervo bibliográfico.	
6. <b>Famílias Mineiras.</b> (Sigla: <b>FM</b> ). Itens relacionados às famílias mineiras.	1. Laila Kieruff; (Peças de Vestuário);	106
	2. Tulio Moraes. (Peças de vestuário e objetos tridimensionais);	11
7. <b>Festas Populares.</b> (Sigla: <b>FP</b> ). Itens referentes às festas populares: carnaval, festa junina, congado etc.	Sem itens.	
8. <b>Grupo Mineiro de Moda.</b> (Sigla: <b>GM</b> ). Itens relacionados ao Grupo Mineiro de Moda.	1. Renato Loureiro. (Peças de Vestuário).	4
9. <b>Imigrantes.</b> (Sigla: <b>IG</b> ). Peças de vestuário, acessórios e itens relacionados aos imigrantes.	Sem itens.	
10. <b>Infantojuvenil.</b> (Sigla: <b>IF</b> ). Itens referentes ao universo da criança e do adolescente.	1. Sheila Viotti. (Gola 1 e 6 camisolas infantis).	7
11. <b>Memória Institucional.</b> (Sigla: <b>MI</b> ). Itens referentes ao prédio e das instituições que foram abrigadas no edifício.	1. Objetos comemorativos. 8 Placas comemorativas.	8
	2. Objetos e Equipamentos de Segurança. Um cadeado.	1
	3. Objetos e Equipamentos de Iluminação. Um holofote (Foi usado na iluminação do prédio).	1
12. <b>Moda Afro Mineira.</b> (Sigla: <b>AM</b> ). Itens relacionados à moda afrodescente em Minas Gerais.		
13. <b>Indumentária Indígena.</b> (Sigla: <b>ID</b> ). Itens relacionados aos povos indígenas.	1. Cocar, bolsa, casaco e saiote, bustê	5
14. <b>Moda Íntima.</b> (Sigla: <b>MM</b> ). Itens referentes à moda íntima.	1. Peça de vestuário. 1 Camisola; 2. Peça de vestuário. 1 liseuse de brim acetinado azul turquesa. (Doação Maria Eduarda Carvalho Ferreira); 3. Peça de vestuário. 1 liseuse de seda perolada; 4. Peça de vestuário. 1 anágua short.	4

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

15. <b>Escolas e Faculdades de Moda.</b> (Sigla: EF). Itens relacionados às escolas e faculdades de moda.	Sem itens.	
<b>Total:</b>		8.225

**Fonte:** Museu da Moda de Belo Horizonte (2025).

Em dezembro de 2016 é inaugurado o Museu da Moda de Belo Horizonte, o primeiro museu público de moda do Brasil. Além de herdar a mesma estrutura e o prédio do CRmoda, herdou também muitas atividades e eventos que ainda hoje são realizadas pela instituição.

O edifício onde se encontra o MUMO é uma das construções mais icônicas do centro de Belo Horizonte. Conhecido como "castelinho da rua da Bahia", de estilo neogótico, é confundido frequentemente com uma igreja. Contudo, esse prédio foi erguido em 1914 para abrigar o Conselho Deliberativo da Nova Capital, que foi o primeiro órgão legislativo da cidade, semelhante à atual câmara de vereadores.

O projeto do edifício foi elaborado pelo arquiteto Francisco Isidro Monteiro, que fez parte da Comissão Construtora da Nova Capital entre 1894 e 1897. A ornamentação interna e externa foi realizada pelo escultor italiano Gabriel Galante e pelo arquiteto e escultor suíço João Morandi. Em 1975, a construção foi tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA) e, em 1994, pelo município de Belo Horizonte, reconhecida como um bem cultural do conjunto urbano da rua da Bahia e áreas adjacentes.

**Figura 1** – Prédio do Museu da Moda de Belo Horizonte



Fonte: Do autor (2022).

O espaço sempre teve uma função pública e, ao longo dos anos, serviu a várias instituições, como a primeira Biblioteca Pública Municipal, a Rádio Mineira, que foi a primeira emissora de rádio de Belo Horizonte, o Instituto Histórico-Geográfico de Minas Gerais, além de ser palco de sessões da Academia Mineira de Letras e da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Após a mudança da Câmara Municipal, o edifício passou a ser a sede do Museu de Mineralogia Djalma Guimarães, em 1974, permanecendo até seu fechamento em 1992. Em 2000, esse museu foi realocado para o Memorial da Mineração, localizado na Praça da Liberdade. Em 1986, o andar térreo foi disponibilizado ao Museu da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que ocupou o espaço até 1996, quando foi transferido para outro local.

No contexto das celebrações do centenário de Belo Horizonte no ano de 1997, a instituição passou por outra mudança. No dia 8 de dezembro foi inaugurado o Centro de Cultura de Belo Horizonte (CCBH), local onde se realizavam inúmeras atividades artísticas e culturais, como: exposições de filmes, exposições, mostras, conferências, eventos em geral, entre outros. Contudo, após um longo período de funcionamento, o CCBH deu lugar ao CRModa, em 2012.

No que tange a política de acervo do MUMO, esta teve início de forma mais sistemática, quando o museu estabeleceu suas diretrizes norteadoras, por meio do plano museológico. Este documento é de vital importância para as instituições museológicas, pois é por meio dele que é feito o planejamento estratégico da instituição (Louvisi; Carvalho,

2011). Para a criação do plano museológico do MUMO foi constituída uma comissão, coordenada por um dos museólogos da FMC, que teve como membros integrantes da instituição, como também, especialistas na área de moda da sociedade civil. A comissão discutiu e elaborou o documento, que foi lançado em 2017 em sua primeira versão. Neste plano, foi elaborado o planejamento estratégico para cinco anos, como também, foram definidas a missão, a visão, os valores e os programas de ação. Em 2019 o plano passou por uma revisão (Prefeitura de Belo Horizonte, 2019).

Após a elaboração do plano museológico, dentre outras ações estabelecidas, a instituição caminhou para a elaboração da sua política de aquisição e descarte. Para tanto, a política foi elaborada pela Comissão Permanente de Política de Acervo (CPPA - MUMO) (formada por servidores do MUMO, da FMC e voluntários da sociedade civil). O processo de elaboração da política de acervos aconteceu por meio de reuniões e discussões periódicas, além da leitura de material teórico e de outras políticas de aquisição e descarte de acervos, e da consulta da legislação pertinente. Após algumas reuniões e discussões foi elaborado, em 2020, o documento da Política de Aquisição e Descarte do MUMO. Atualmente, a comissão tem o papel de avaliar as propostas de doação e discutir outros temas ligados ao acervo.

A Política de Aquisição e Descarte de Acervos do MUMO, como já mencionado, é o primeiro documento desse tipo elaborado pela instituição. Ao consultar o documento percebe-se o intuito de criar regras, procedimentos e critérios para a aquisição e descarte de acervos, funcionando como uma norma interna. No documento, no que tange a coleta de acervo, ficou definido que o MUMO atuaria a nível regional, sendo esta, prioritariamente, sua abrangência. Entretanto, essa decisão não impediria que o MUMO pudesse receber exposições e atividades de outros Estados e/ou países (Prefeitura de Belo Horizonte, 2020). Nesse sentido, ficou estabelecido que a recolha do acervo ficaria limitado aos seguintes temas:

[...] primórdios do comércio da moda em Belo Horizonte (rua Caetés e centro de BH) e primeiros imigrantes; Polo da Moda do Barro Preto; Grupo Mineiro de Moda (década de 1980); moda dos anos 1990 com os novos estilistas e as escolas de moda; história da moda em Minas Gerais; roupas de famílias mineiras; moda contemporânea de Minas Gerais; moda afro-mineira; roupas do atual contexto político (roupas de protesto); e carnaval de Belo Horizonte. Os suportes: vestuário, objetos, acessórios, fotografias, desenhos, croquis, textos, revistas, livros, entre outros. Além dos suportes mencionados, também pretende-se

futuramente, criar condições para o armazenamento de acervos digitais, já que muito da produção contemporânea, é realizada neste formato (Prefeitura de Belo Horizonte, 2020).

Fica notória a preocupação da CPPA-MUMO, naquele momento, em adquirir itens que fossem relacionados ao setor da moda em Minas Gerais, mas sobretudo, e principalmente, temas voltados à cidade de Belo Horizonte. Esse recorte ficou limitado, ao que se supõe, em virtude do MUMO ser mantido pelo poder público municipal, como também, a falta de espaço para guarda de acervo, o que teria prejudicado, ou até mesmo, inviabilizado a ideia de um projeto mais ambicioso de âmbito nacional, por exemplo.

Sendo assim, as categorias acima relacionadas serviriam para nortear a aquisição de acervo do MUMO. Entretanto, a constituição de coleções é algo bem dinâmico. Dessa forma, percebe-se que avaliações futuras serão necessárias, que provavelmente, ocasionarão mudanças da política de aquisição e descartes da instituição.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo discutiu a experiência de elaboração da política de acervos e descarte do MUMO. Com isso pretende-se contribuir com as discussões sobre políticas de acervos museológicos. A realização deste documento, o primeiro dessa natureza na instituição, foi um marco para o museu, já que, o MUMO ainda está por construir suas coleções e tem o desafio de reunir objetos que sejam representativos da memória da moda em Belo Horizonte e Minas Gerais. Percebe-se o esforço da instituição em criar as condições adequadas para reunir acervos que preservem a moda mineira, e dessa forma, contribuir para que o MUMO seja um espaço de pesquisa e um local que pense a moda como um campo do conhecimento. Entretanto, os desafios para a instituição são imensos, como a falta de espaço e de pessoal. Isso impacta na maneira como a instituição adquire seu acervo, que vem ocorrendo, somente, por meio de doações.

Os resultados alcançados na pesquisa apontam que, ao construir sua política, isso em si já foi um ganho para a instituição, pois, mesmo sendo um dever e algo importante para as instituições museológicas, nem todas dão a devida atenção a este documento. Outro resultado foi o estabelecimento de limites do que seria adquirido pelo museu, isso foi importante tanto pelo processo de elaboração, pois a equipe ficou conhecendo melhor

a instituição, como também pela elaboração do documento. Ao delimitar o escopo do acervo, em sintonia com a missão e os valores da instituição, o MUMO cumpriu com seu propósito, além de ser uma responsabilidade legal e ética, ajudando a garantir a integridade e a proteção do acervo.

Neste processo, surgiram novos questionamentos a serem explorados em futuras investigações relacionadas à política de aquisição e descarte de acervo, como por exemplo, a participação mais efetiva da sociedade por meio de reuniões públicas abertas, algo que não aconteceu quando da elaboração do documento em 2020. Isso reflete o momento em que o documento foi elaborado na instituição e ao seu contexto sociocultural. Outro ponto, por ser o documento algo datado, é algo passível de modificações e ajustes.

Como foi abordado durante o artigo, os acervos de moda, como os demais acervos museológicos, são suportes que carregam informações e memórias. Há um enorme caminho na inter-relação entre as áreas da moda e da museologia, sendo um campo fértil para futuras pesquisas. Sendo assim, um aprofundamento se faz necessário com relação ao impacto das políticas de acervo na preservação da memória cultural e na relação entre museu e a área da moda. Como foi abordado, o MUMO, sendo o primeiro museu de moda público do Brasil, carrega consigo uma imensa responsabilidade, como também traz muitos desafios.

Sendo assim, a construção de uma política de acervo é um trabalho dinâmico, sendo necessário, uma revisão periódica. No caso do MUMO, é um grande desafio preservar a memória de uma área tão ampla, como a moda e com diversos segmentos. Ao mesmo tempo, a moda é uma área que permite muitas interlocuções. É importante discutir quais histórias vão ser contadas e preservadas através dos objetos coletados. E que isso possa refletir os debates que a sociedade contemporânea vem enfrentando, como: sustentabilidade, questões de gênero, modo de produção, entre outros.

## **REFERÊNCIAS**

BENARUSH, Michelle Kauffmann. A memória das roupas. **Dobra[s]**, [S.l.], v. 5, n. 12, p. 113 - 117, 2015. Disponível em: <https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/view/121>. Acesso em: 02 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília, DF: Governo Federal, 2009. Disponível em:

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm). Acesso em: 15 maio 2025.

DEBOM, Paulo. Moda: nascimento, conceito e história. **Veredas da História**, [S.l.], v. 11, n. 2, p.7-25, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rvh/article/view/47876>. Acesso em: 08 mar. 2025.

DISCACCIATI, Bruna; CLOZATO, Lara Voigt; FLORES, Melissa; FERRARI, Fernanda Bonizol. A importância dos acervos para uma compreensão histórica e social da moda. **ANALECTA**, [S.l.], v. 8, n. 1, s. p., 2022. Disponível em: <https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/ANL/article/view/3368>. Acesso em: 31 mar. 2025.

FELIPPI, Vera; RÜTHSCHILLING, Evelise; PERRY, Gabriela. Patrimônio de moda e têxteis: virtualização de acervos e contribuições para o conhecimento. **Museologia & Interdisciplinaridade**, [S.l.], v. 6, n. 12, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16333>. Acesso em: 05 mar. 2025.

GUERRA, M. **Documento base**: planejamento do Centro de Referência da Moda. Belo Horizonte, 2013.

GUERRA, M. **Projeto de fomento**: Centro de Referência da Moda. Belo Horizonte. 26 de junho de 2015.

IPHAN. Glossário. *In*: IPHAN. **Caderno de diretrizes museológicas**. 2.ed. Brasília: Ministério da Cultura; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Departamento de Museus e Centros Culturais. Belo Horizonte: IPHAN, p. 33-79, 2006. p. 33-79. Disponível em: [https://www.sisemsp.org.br/blog/wp-content/uploads/2015/04/Caderno\\_Diretrizes\\_I-Completo-1.pdf](https://www.sisemsp.org.br/blog/wp-content/uploads/2015/04/Caderno_Diretrizes_I-Completo-1.pdf). Acesso em: 15 ago. 2025.

LOUVISI, Victor Pinheiro; CARVALHO, Ana Paula Correa de. Plano museológico: tendências e perspectivas. *In*: OLIVEIRA, Leônidas José de (org.). **Caderno de Textos Inverno MHAB**. 1. ed. Belo Horizonte: [s.n.], 2011, p. 81-87.

MUSEU DA MODA DE BELO HORIZONTE. **Organização das coleções do museu da moda** arranjo do acervo. Documento Interno. 2025.

OLIVEIRA, Ana Karina Rocha de. **Museologia e ciência da informação**: distinções e encontros entre áreas a partir da documentação de um conjunto de peças de 'roupas brancas'. 2009. 133 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. DOI:10.11606/D.27.2009.tde-27102009-002603. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-27102009-002603/pt-br.php>. Acesso em: 15 Ago. 2025.

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Fundação Municipal de Cultura. **Portaria Nº 037/2019, de 14 de maio de 2019**. Aprova o Regimento Interno da Comissão Permanente de Política de Acervo do Museu da Moda de Belo Horizonte (CPPA-MUMO). Disponível em: <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/379970>. Acesso em: 15 ago. 2025.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Manual de catalogação de acervo Museológico do Museu da Moda**. 1.1 ed. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2022.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Plano Museológico do Museu da Moda**: avaliação de metas e programas. 2019.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Política de aquisição e descarte de acervos**. Belo Horizonte: Museu da Moda de Belo Horizonte, 2020.

SOARES, F. H. Notas sobre a disciplina história da moda: fontes e fantasmas de uma ficção. *In*: COLÓQUIO DE MODA, 14., 2018, Curitiba. Anais Curitiba: Abepem, 2018.

SOARES, Julia de Assis Barbosa; LOUVISI, Victor P. ; CARVALHO, Beatriz Del Gaudio; FLEMING, Isabela L. de S.; PAULA, Mariana A. ; GOMES, Marina B. R. ; CALDEIRA, Camila S.; SANTOS, Maria Eduarda G . Moda no museu: um relato de experiência do processo de catalogação de moldes do acervo do MUMO. **Anais do Museu Histórico Nacional**, [S.l.], v. 58, p. 1-33, 2024. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/387093107\\_Moda\\_no\\_museu\\_um\\_relato\\_de\\_experiencia\\_do\\_processo\\_de\\_catalogacao\\_de\\_moldes\\_do\\_acervo\\_do\\_MUMO](https://www.researchgate.net/publication/387093107_Moda_no_museu_um_relato_de_experiencia_do_processo_de_catalogacao_de_moldes_do_acervo_do_MUMO). Acesso em: 02 out. 2025.